



COMUNICADO CONJUNTO À IMPRENSA

O Poder Público signatário desta nota vem lamentar a postura da Samarco Mineração, da Vale. S.A. e da BHP Billiton Brasil pela apresentação de proposta de desembolso financeiro incompatível com a necessidade de reparação integral, célere e definitiva do Rio Doce e das populações atingidas.

Por este motivo, o Poder Público avalia que essa postura inviabiliza a continuidade das negociações, mediadas pelo Conselho Nacional de Justiça, ao qual respeitosamente agradecemos.

Os Governos dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, os Ministérios Públicos dos Estados, Ministério Público Federal, as Defensorias Públicas dos Estados e a Defensoria Pública da União participaram durante 14 meses de nove rodadas de negociação e mais de 250 reuniões em busca da repactuação.

Ao final desse processo, a postura das empresas evidenciou, até o presente momento, descompromisso com práticas de responsabilidade social e ambiental.

Ministério Público Federal
Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Governo do Estado de Minas Gerais
Governo do Estado do Espírito Santo
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo
Defensoria Pública da União



JOINT PRESS RELEASE

The Public Authorities who signed this statement would like to denounce the behavior of Samarco Mineração, Vale S.A. and BHP Billiton Brasil for their financial disbursement proposal incompatible with the full reparation of the Doce River and the affected population.

For this reason, the Public Authorities evaluate that this posture makes it unfeasible to continue the negotiations, mediated by the National Council of Justice, whom we respectfully thank.

The governments of the states of Minas Gerais, Espírito Santo, the Public Prosecution Service of the states, the Federal Public Prosecution Service, the Public Defender's Offices of the states and the Public Defender's Office of the Union participated during 14 months in nine rounds of negotiations and more than 250 meetings.

At the end of this process, the attitude of the companies has so far shown a lack of commitment to social and environmental responsibility practices.

Federal Prosecution Service
Public Prosecutor's Office of the Minas Gerais State
Public Prosecutor's Office of Espírito Santo State
Minas Gerais State Government
Espírito Santo State Government
Public Defender's Office of Minas Gerais State
Public Defender's Office of Espírito Santo State
Federal Public Defender's Office